



Matriz de Planejamento: Auditoria Integrada (Processo nº 2303/2017-e)

DA 01

Objetivo Geral: Examinar a regularidade da contratação e da execução dos serviços cemiteriais, em especial a situação das irregularidades apontadas nos Processos nºs 21440/2008 e 1457/2001.

QA 01: As irregularidades verificadas no bojo do Processo nº 1457/2001, relacionadas ao edital de licitação e ao contrato de concessão dos serviços cemiteriais no DF, maculam a contratação e/ou incorrem em prejuízos ao interesse público?

Ref.	Itens de Verificação	Critério	Informações requeridas	Fonte	Procedimentos	Técnica	Limitações	Encarregado	Dias úteis
I.1	Irregularidades relativas à Concorrência Pública nº 10/2001-ASCAL/PRES.	As normas editalícias devem atender ao que dispõe a legislação aplicável. <u>Legislação aplicável:</u> Lei nº 8.987/1995, Lei nº 8.666/1993; Lei nº 2.424/1999; Decreto nº 20.502/1999; Decreto nº 22.274/2001. Decisão-TCDF nº 102/2002.	i) Documentação constante do Processo nº 1457/2001; [A] ii) Rol de irregularidades verificadas no âmbito do Processo nº 1457/2001; [B] iii) Relatórios da Sejus/DF sobre a fiscalização dos serviços cemiteriais; [C] iv) Evidências, se houver, de prejuízos decorrentes das irregularidades detectadas no Edital de Concorrência Pública nº 10/2001-ASCAL/PRES e elencadas no Processo nº 1457/2001; [D] v) Relatório Final da CPI dos Cemitérios; [E] vi) Rol de irregularidades verificadas no âmbito da Ação Popular nº 2001.01.1.124880-5 e da Ação Civil Pública nº 2003.01.1.010370-8. [F]	i) Sistema de protocolo eletrônico (e-TCDF); [A], [B] e [E] ii) Unidade de Assuntos Funerários da Sejus/DF; [C] e [D] iii) Concessionária de serviços cemiteriais no DF: empresa Campo da Esperança Serviços Ltda.; [C] e [D] iv) Cemitérios do DF; [D] v) Sistema eletrônico de consulta processual do TJDF. [F]	i) Proceder ao levantamento das irregularidades relativas à Concorrência Pública nº 10/2001-ASCAL/PRES, que versa sobre a concessão de serviços cemiteriais: a) elencadas no Processo nº 1.457/2001; e b) apontadas na Ação Popular nº 2001.01.1.124880-5, na Ação Civil Pública nº 2003.01.1.010370-8 e no Relatório Final da CPI dos Cemitérios; [A] a [F] ii) Solicitar, à Sejus, informações atualizadas sobre as irregularidades supra, se for o caso; [C] e [D] iii) Identificar, dentre o elenco de irregularidades, as que foram sanadas, as passíveis de saneamento e as insanáveis, examinando, nesse último caso, se maculam a contratação; [A] a [F] iv) Verificar se as irregularidades identificadas incorreram em prejuízos ao interesse público; [A] a [F] v) Se for o caso, identificar os prejuízos potenciais e/ou eventualmente causados de forma objetiva e estabelecer o respectivo nexo causal desses com as referidas irregularidades. [A] a [F]	i) <i>Checklist</i> [A] a [F] ii) Análise documental; [A] a [F] iii) Entrevista. [C] e [D]	N/A	Indio e Jainaína	5
I.2	Irregularidades relativas ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedido de Obra Pública sobre o Imóvel do Distrito Federal nº 01/2002.	As normas contratuais devem atender ao disposto na legislação aplicável e no edital de licitação. <u>Legislação aplicável:</u> Lei nº 8.987/1995, Lei nº 8.666/1993; Lei nº 2.424/1999; Decreto nº 20.502/1999; Decreto nº 22.274/2001. Decisão-TCDF nº 102/2002.	i) Documentação constante do Processo nº 1457/2001; [A] ii) Rol de irregularidades verificadas no âmbito do Processo nº 1457/2001; [B] iii) Relatórios da Sejus/DF sobre a fiscalização dos serviços cemiteriais; [C] iv) Evidências, se houver, de prejuízos decorrentes das irregularidades detectadas no Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedido de Obra Pública sobre o Imóvel do Distrito Federal nº 01/2002 e elencadas no Processo nº 1457/2001; [D] v) Relatório Final da CPI dos Cemitérios; [E] vi) Rol de irregularidades verificadas no âmbito da Ação Popular nº 2001.01.1.124880-5 e da Ação Civil Pública nº 2003.01.1.010370-8. [F]	i) Sistema de protocolo eletrônico (e-TCDF); [A], [B] e [E] ii) Unidade de Assuntos Funerários da Sejus/DF; [C] e [D] iii) Concessionária de serviços cemiteriais no DF: empresa Campo da Esperança Serviços Ltda.; [C] e [D] iv) Cemitérios do DF; [D] v) Sistema eletrônico de consulta processual do TJDF. [F]	i) Proceder ao levantamento das irregularidades relativas ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedido de Obra Pública sobre o Imóvel do Distrito Federal nº 01/2002, que versa sobre a concessão de serviços cemiteriais: a) elencadas no Processo nº 1.457/2001; e b) apontadas na Ação Popular nº 2001.01.1.124880-5, na Ação Civil Pública nº 2003.01.1.010370-8 e no Relatório Final da CPI dos Cemitérios; [A] a [F] ii) Solicitar, junto à Sejus, informações atualizadas sobre as irregularidades supra, se for o caso; [C] e [D] iii) Identificar, dentre o elenco de irregularidades, as que foram sanadas, as passíveis de saneamento e as insanáveis; examinando, nesse último caso, se maculam a contratação e se ensejam a sua anulação; [A] a [F] iv) Verificar se as irregularidades identificadas incorreram em prejuízos ao interesse público; [A] a [F] v) Se for o caso, identificar os prejuízos potenciais e/ou eventualmente causados de forma objetiva e estabelecer o respectivo nexo causal desses com as referidas irregularidades. [A] a [F]	i) <i>Checklist</i> [A] a [F] ii) Análise documental; [A] a [F] iii) Entrevista. [C] e [D]	N/A	Indio e Jainaína	5



QA 02: Qual a situação da execução financeira do contrato e o impacto financeiro nos cofres públicos em caso de extinção unilateral da concessão de serviços cemiteriais?

Ref.	Itens de Verificação	Critério	Informações requeridas	Fonte	Procedimentos	Técnica	Limitações	Encarregado	Dias úteis
II.1	Remuneração e amortização dos investimentos promovidos pela concessionária dos serviços cemiteriais.	<p>O contrato de concessão deve prever um fluxo financeiro necessário e suficiente para amortizar e remunerar os investimentos da concessionária.</p> <p><u>Legislação aplicável:</u></p> <p>Lei nº 8.987/1995, Lei nº 8.666/1993; Lei nº 2.424/1999; Decreto nº 20.502/1999; Decreto nº 22.274/2001; Edital de Concorrência Pública nº 10/2001-AS-CAL/PRES; Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedido de Obra Pública sobre o Imóvel do Distrito Federal nº 01/2002.</p>	<p>i) Dispositivos editais e contratuais vigentes acerca da amortização e remuneração da concessionária de serviços cemiteriais no DF frente aos investimentos previstos; [A]</p> <p>ii) Documentação constante dos Processos nºs 1457/2001 e 21440/2008; [B]</p> <p>iii) Estudos prévios à concessão dos serviços cemiteriais no DF relativos ao cálculo do fluxo financeiro necessário e suficiente para amortizar e remunerar os investimentos da concessionária; [C]</p> <p>iv) Relatórios da Sejus/DF sobre fiscalização dos serviços cemiteriais; [D]</p> <p>v) Demonstrativos contábeis da concessionária referentes ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedido de Obra Pública sobre o Imóvel do Distrito Federal nº 01/2002 que evidenciem o fluxo financeiro (receitas e despesas) relativo ao período de 2002 a 2016; [E]</p> <p>vi) Relatórios da Relação Anual de Informações Sociais – RAIS relativas ao período de 2002 a 2016; [F]</p> <p>vii) Declarações de Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - DIPJs relativas ao período de 2002 a 2016; [G]</p> <p>viii) Declarações de Imposto de Renda Retido na Fonte - DIRFs relativas ao período de 2002 a 2016; [H]</p> <p>ix) Guias de Recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIPs completas referentes ao período de 2002 a 2016. [I]</p>	<p>i) Sistema de protocolo eletrônico (e-TCDF); [A], [B]</p> <p>ii) Unidade de Assuntos Funerários da Sejus/DF; [C] a [I]</p> <p>iii) Concessionária de serviços cemiteriais no DF: empresa Campo da Esperança Serviços Ltda.; [C] a [I]</p> <p>iv) Cemitérios do DF. [D]</p>	<p>i) Identificar, dentre os critérios elencados, os dispositivos legais, editais e contratuais vigentes acerca da amortização e remuneração dos investimentos da concessionária de serviços cemiteriais no DF; [A]</p> <p>ii) Solicitar à Sejus/DF o elenco de investimentos já realizados pela concessionária, bem como aqueles que ainda estão previstos até o fim do prazo contratual; [C] e [D]</p> <p>iii) Solicitar à Sejus/DF eventuais estudos prévios à concessão dos serviços cemiteriais no DF realizados com vistas a calcular o fluxo financeiro necessário e suficiente para amortizar e remunerar os investimentos da concessionária; [C]</p> <p>iv) Solicitar à Sejus/DF os demonstrativos contábeis da concessionária, bem como relatórios da RAIS, DIPJs e DIRFs, referentes ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedido de Obra Pública sobre o Imóvel do Distrito Federal nº 01/2002, mormente aqueles referentes ao fluxo financeiro (receitas e despesas), relativos ao período de 2002 a 2016; [E]</p> <p>v) Cotejar os estudos e os demonstrativos contábeis supra com vistas a determinar qual o prazo necessário para amortização e remuneração dos investimentos da concessionária de serviços cemiteriais no DF; [A] a [D]</p> <p>vi) Caso inexistam os referidos estudos, cotejar os demonstrativos contábeis e as informações relativas aos investimentos da concessionária de modo a estimar o prazo necessário para a amortização e remuneração desses; [A] a [E]</p> <p>vii) Caso o prazo supra seja inferior à duração do contrato, qual seja, de 30 (trinta) anos, sugerir o reequilíbrio econômico-financeiro do ajuste contratual; [A] a [I]</p> <p>viii) Cotejar os demonstrativos contábeis da concessionária com o percentual do faturamento repassado ao GDF em face de disposição contratual; [A] e [E]</p> <p>ix) Correlacionar os demonstrativos contábeis da concessionária com Relatórios emitidos através da RAIS, as DIPJs, as DIRFs e as GFIPs. [E] a [I]</p>	<p>i) Revisão de Cálculo [C] a [I]</p> <p>ii) Análise documental. [A] a [I]</p>	Sigilo fiscal	Indio e Jainaína	10



Ref.	Itens de Verificação	Critério	Informações requeridas	Fonte	Procedimentos	Técnica	Limitações	Encarregado	Dias úteis
II.2	Consequências financeiras decorrentes da extinção unilateral da concessão.	<p>O contrato de concessão deve prever parâmetros objetivos com vistas a subsidiar levantamentos, avaliações e liquidações necessários, bem como o método de cálculo de indenização, em face de eventual extinção unilateral da concessão.</p> <p><u>Legislação aplicável:</u></p> <p>Lei nº 8.987/1995, Lei nº 8.666/1993; Lei nº 2.424/1999; Decreto nº 20.502/1999; Decreto nº 22.274/2001; Edital de Concorrência Pública nº 10/2001-AS-CAL/PRES; Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedido de Obra Pública sobre o Imóvel do Distrito Federal nº 01/2002.</p>	<p>i) Dispositivos editalícios e contratuais vigentes acerca de parâmetros objetivos proceder aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários em face de uma eventual extinção unilateral da concessão de serviços cemiteriais no DF; [A]</p> <p>ii) Documentação constante do Processo nº 1457/2001; [B]</p> <p>iii) Relatórios da Sejus/DF sobre fiscalização dos serviços cemiteriais; [C]</p> <p>iv) Relatórios da concessionária Campo da Esperança Serviços Ltda. sobre a prestação dos serviços cemiteriais; [D]</p> <p>v) Demais ajustes contratuais vigentes que tratam de concessão de serviços públicos firmados pelo DF; [E]</p> <p>vi) Demonstrativos contábeis da concessionária referentes ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedido de Obra Pública sobre o Imóvel do Distrito Federal nº 01/2002 que evidenciem o fluxo financeiro (receitas e despesas) relativo ao período de 2002 a 2016. [F]</p>	<p>i) Sistema de protocolo eletrônico (e-TCDF); [A], [B] e [E]</p> <p>ii) Unidade de Assuntos Funerários da Sejus/DF; [C], [D] e [F]</p> <p>iii) Concessionária de serviços cemiteriais no DF: empresa Campo da Esperança Serviços Ltda.; [C], [D] e [F]</p>	<p>i) Identificar, dentre os critérios elencados, os dispositivos legais, os dispositivos legais, editalícios e contratuais vigentes acerca dos parâmetros objetivos com vistas a subsidiar levantamentos, avaliações e liquidações necessários, bem como o método de cálculo de indenização, em face de eventual extinção unilateral da concessão; [A] e [B]</p> <p>ii) Caso inexistir menção no edital e/ou no Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedido de Obra Pública sobre o Imóvel do Distrito Federal nº 01/2002 sobre os parâmetros supra, ou caso eles padeçam de subjetividade, solicitar à Sejus/DF informações sobre como o Poder Concedente pretende proceder aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários, bem como ao cálculo de indenização (se houver), na hipótese de extinção unilateral da concessão; [C] [D] e [F]</p> <p>iii) Realizar um comparativo (<i>benchmarking</i>) entre os demais contratos vigentes que tratam de concessão de serviços públicos firmados pelo DF, com vistas a sugerir ajustes no Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedido de Obra Pública sobre o Imóvel do Distrito Federal nº 01/2002 no que tange aos parâmetros e ao método supramencionados, se for o caso. [E]</p>	<p>i) Análise documental; [A] e [E]</p> <p>ii) Entrevista. [C] e [D]</p> <p>iii) <i>Benchmarking</i>. [A] e [E]</p>	N/A	Indio e Ja-naína	10



QA 03: A execução do contrato de concessão dos serviços cemiteriais está obedecendo aos termos pactuados, à legislação aplicável e às decisões desta Corte correlatas à matéria?

Ref.	Itens de Verificação	Critério	Informações requeridas	Fonte	Procedimentos	Técnica	Limitações	Encarregado	Dias úteis
III.1	Fiscalização da execução do Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedido de Obra Pública sobre o Imóvel do Distrito Federal nº 01/2002	<p>- Os serviços cemiteriais no DF devem ser executados conforme pactuado no Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedido de Obra Pública sobre o Imóvel do Distrito Federal nº 01/2002, bem como devem observar a legislação aplicável, as decisões desta Corte correlatas à matéria, o edital de licitação e o respectivo Projeto Básico.</p> <p><u>Legislação aplicável:</u> Lei nº 8666/1993, arts. 66 e 67; Lei nº 8.987/1995, arts. 3º e 30; Lei Complementar Distrital nº 264/1999, art. 4º, incisos I e II, Lei nº 5.172/1996 (Código Tributário Nacional); Lei nº 2.424/1999; Decreto nº 20502/1999; Decreto nº 32598/2010, arts. 41, 44 e 45; Resoluções do Conama nºs 335/2003 e 402/2008. Decisões-TCDF nºs 3654/2012, 6201/2014, 2147/2015.</p>	<p>i) Dispositivos editalícios e contratuais vigentes acerca de parâmetros objetivos para proceder aos levantamentos, avaliações e liquidações necessários em face de uma eventual extinção unilateral da concessão de serviços cemiteriais no DF; [A]</p> <p>ii) Documentação constante dos Processos nºs 1457/2001 e 21440/2008; [B]</p> <p>iii) Relatórios da Sejus/DF sobre fiscalização dos serviços cemiteriais; [C]</p> <p>iv) Evidências oriundas de inspeções <i>in loco</i> nos cemitérios do DF; [D]</p> <p>iv) Relatórios da concessionária Campo da Esperança Serviços Ltda. sobre a prestação dos serviços cemiteriais; [E]</p> <p>v) Relatório Final da CPI dos Cemitérios; [F]</p> <p>vi) Rol de irregularidades verificadas no âmbito da Ação Civil Pública nº 2011.01.1.158244-0. [G]</p>	<p>i) Sistema de protocolo eletrônico (e-TCDF); [A], [B] e [F]</p> <p>ii) Unidade de Assuntos Funerários da Sejus/DF; [C] e [E]</p> <p>iii) Concessionária de serviços cemiteriais no DF: empresa Campo da Esperança Serviços Ltda.; [C] e [E]</p> <p>iv) Cemitérios do DF. [C] e [E]</p> <p>v) Sistema eletrônico de consulta processual do TJDF. [G]</p>	<p>i) Proceder ao levantamento das irregularidades relativas à execução do Contrato de Concessão de Serviços Públicos Precedido de Obra Pública sobre o Imóvel do Distrito Federal nº 01/2002, que versa sobre a concessão de serviços cemiteriais: a) elencadas no Processo nº 21.440/2008; e b) apontadas na Ação Civil Pública nº 2011.01.1.158244-0 e no Relatório Final da CPI dos Cemitérios; [A] e [G]</p> <p>ii) Solicitar, à Sejus, informações atualizadas sobre as irregularidades supra, se for o caso; [C] a [E]</p> <p>iii) Elaborar <i>checklist</i> para verificar se os serviços foram prestados e os investimentos foram realizados em consonância com os termos pactuados, a legislação aplicável e as decisões desta Corte correlatas à matéria; [A] a [G]</p> <p>iv) Aplicar <i>checklist in loco</i>, consolidar e analisar as informações obtidas. [A] a [D]</p>	<p>i) <i>Checklist</i> [A] a [G]</p> <p>ii) Análise documental; [A] a [G]</p> <p>iii) Entrevista; [C] a [E]</p> <p>iv) Inspeção <i>in loco</i>. [D]</p>	N/A	Indio e Janaina	10
III.2	Existência dos serviços de cremação de cadáveres no DF.	<p>O contrato de concessão deve detalhar os serviços a serem executados/ofertados pela concessionária de modo claro e suficiente.</p> <p><u>Legislação aplicável:</u> Lei nº 8.987/1995, Lei nº 8.666/1993; Lei nº 2.424/1999; Decreto nº 20.502/1999; Decreto nº 22.274/2001; Edital de Concorrência Pública nº 10/2001-ASCAL/PRES; Contrato de Concessão de Serviços Públicos nº 01/2002.</p>	<p>i) Dispositivos editalícios e contratuais vigentes acerca da implantação de serviços de cremação de cadáveres no DF; (A)</p> <p>ii) Documentação de Auditoria constante dos Processos nºs 1457/2001 e 21440/2008; (B)</p> <p>iii) Relatórios da Sejus/DF sobre fiscalização dos serviços cemiteriais; (C)</p> <p>iv) Informações da concessionária dos serviços cemiteriais no DF acerca dos trâmites para implantação de serviços de cremação de cadáveres. (D)</p>	<p>i) Sistema de protocolo eletrônico (e-TCDF); (B)</p> <p>ii) Unidade de Assuntos Funerários da SEJUS/DF; (A), (C) e (D)</p> <p>iii) Concessionária de serviços cemiteriais no DF: empresa Campo da Esperança Serviços Ltda.; (C) e (D)</p> <p>iv) Cemitérios do DF. (C) e (D)</p>	<p>i) Identificar, dentre os critérios elencados, os dispositivos legais, editalícios e contratuais vigentes acerca da implantação de serviços de cremação de cadáveres no DF; (A) e (B)</p> <p>ii) Solicitar à Sejus/DF informações sobre a atual situação da oferta de serviços supra no DF; (A), (C) e (D)</p> <p>iii) Caso inexistente oferta dos serviços supra no DF: (A) a (D)</p> <p>1. solicitar à Sejus/DF informações (por exemplo, relatórios de fiscalização) em que foi discutido com a concessionária a necessidade de implantação desses;</p> <p>2. solicitar à concessionária dos serviços cemiteriais esclarecimentos quanto à inércia de esforços para a sua implantação;</p> <p>3. verificar eventual impacto no equilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão de Serviços Públicos nº 01/2002, sugerindo ajustes, se for o caso;</p> <p>4. avaliar a possibilidade de sugerir a concessão de tais serviços a outrem mediante nova licitação.</p>	<p>i) Análise documental; (A) a (D)</p> <p>ii) Entrevista. (C) e (D)</p> <p>iii) Inspeção <i>in loco</i>. [D]</p>	N/A	Indio e Janaina	5

Data de Elaboração: 20/02/2017

Elaboração: Índio Artiaga do Brasil Rabelo e Janaina Teixeira Camapum De Carvalho

Supervisão: Francisco Antônio Alves de Sousa